

O LUGAR DA TEORIA DO RESTAURO NO ENSINO DE PROJETO EM CONTEXTO DE VALOR PATRIMONIAL:

Um olhar sobre os Trabalhos Finais de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

VIEIRA, NATÁLIA MIRANDA. (1); CUNHA, AMANDA. (2); MEDEIROS, SARA. (3)

1. UFRN. Professora do Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

R. Sandoval Tavares Guerreiro, 100, cs 36, Nova Parnamirim, Parnamirim - RN. CEP 59.152-350
vieira.m.natalia@gmail.com

2. UFRN. Graduanda do Departamento de Arquitetura.

Av. Praia de Tibau, 2262, Ponta Negra, Natal-RN. CEP 59.094-500
amanda.m2c@gmail.com

3. UFRN. Aluna especial do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Tv. Rio Belo 148, Pontengi, Natal-RN. CEP 59127-008
saracmedeiros@gmail.com

Palavras-Chave: Intervenção no Patrimônio Edificado, Ensino de Projeto, Teoria da Restauração.

Resumo

Este artigo apresenta um conjunto de reflexões que resultam da pesquisa *“Metodologia para Intervenção em Sítios Históricos: um olhar sobre os Trabalhos Finais de Graduação em Arquitetura e Urbanismo”* em desenvolvimento no âmbito do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Objetiva-se aqui discutir o papel da teoria do restauro no ensino de projeto em contexto de valor patrimonial. Considerando que a coordenação de projetos que tratam do patrimônio cultural é atribuição específica dos arquitetos e urbanistas, torna-se essencial uma reflexão crítica sobre como os cursos de Arquitetura e Urbanismo têm se dedicado a esta formação específica durante a graduação. A partir do acervo do Banco de Dados PROJEDATA, identificou-se, dentro da coleção “Trabalhos Finais de Graduação”, os trabalhos que tratam especificamente do tema de intervenções em edificações patrimoniais, sendo estes de seis universidades diferentes. Nestes trabalhos foram observados o referencial teórico utilizado, os estudos de referências realizados e, principalmente, como este embasamento se reflete nas estratégias projetuais adotadas.

Abstract

This article presents a series of reflections that result from the research "Methodology for intervention on historic centres: an overview on First Degree Final Essays in Architecture and Urbanism", currently being developed at the Department of Architecture of the Federal University of Rio Grande do Norte. The aim is to discuss the role of restoration theory on project teaching, in a context of heritage value. Considering that the coordination of projects referring to cultural heritage is a specific task of architects and urbanists, it is essential to develop a critical reflection on how courses have approached these contents during First Degree courses. Based on the PROJEDATA databank, the research has identified, within the First Degree Final Essays collection from six different Brazilian universities, the works that deal specifically with interventions on heritage buildings. The article examines the theoretical basis, the use of reference studies and, above all, how this basis reflects on the project strategies adopted.

Resumen

En este artículo se presentan un conjunto de reflexiones que derivan de la investigación "Metodología de intervención en sitios históricos: una mirada a los trabajos finales de grado en Arquitectura y Urbanismo" en desarrollo en el Departamento de Arquitectura de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte. El trabajo se propone a discutir el papel de la teoría del restauro en la enseñanza del proyecto en el contexto de preexistencias con el valor patrimonial. Teniéndose en cuenta que la coordinación de proyectos que implican el patrimonio cultural constituye atribución específica de los arquitectos y urbanistas, se hace imprescindible una reflexión crítica respecto a esta formación durante la graduación en los cursos de Arquitectura y Urbanismo. Desde la base de datos PROJEDATA, y en la colección "Trabajos finales de grado", fueron identificados aquellos que tratan específicamente del tema de las intervenciones en edificios patrimoniales, que se han desarrollado en seis universidades brasileñas. En ellos, hemos dedicado atención al marco teórico y a los estudios empíricos utilizados como referentes proyectuales, buscando profundizar, especialmente, el modo como estos caminos investigativos se refleja en la formulación de las estrategias adoptadas en el proyecto final.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe a análise de Trabalhos Finais de Graduação de Arquitetura e Urbanismo (TFGs) que abordam a questão da intervenção no patrimônio edificado, e se configura como produto da pesquisa intitulada de *Metodologia para Intervenções em Sítios Históricos: um olhar sobre os Trabalhos Finais de Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. O universo de estudo corresponde a trabalhos que compõem o acervo do Banco de Dados PROJEDATA – Banco de Informações, Imagens e Produção de Conhecimentos em Projeto de Arquitetura¹, desenvolvido na Base de Pesquisa Projetar do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Dos 209 TFGs que compõem o Banco de Dados, foram identificados, por meio de palavras chave que envolvem o tema de patrimônio (reuso, restauro, patrimônio, etc.), os trabalhos a serem alvo de reflexão na presente pesquisa. Estes trabalhos somam o número de 17 (dezessete) TFGs (8,13% do total do Banco de Dados), de seis escolas de arquitetura brasileiras. Vale salientar que este banco de dados abrange TFGs da área de projeto de arquitetura colhidos entre os anos de 2003 e 2007, de oito escolas de arquitetura brasileiras consideradas referência nacional na área. Na verdade foram contatadas 10 instituições de ensino de arquitetura e urbanismo com tradição de pesquisa e reflexão crítica na área de projeto, tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação. Tal escolha levou em consideração o fato de se tratarem de instituições cuja qualidade é reconhecida nacionalmente (segundo classificação do último ENADE), e/ou que abrigam Programas de Pós-Graduação com linha de pesquisa específica em projeto de arquitetura (VELOSO, 2008).

O desenvolvimento do TFG sugere o momento máximo de conhecimento adquirido na graduação, assim, a utilização do mesmo como objeto de estudo tem o intuito de observar, qualitativamente, o nível de formação direcionado a área de patrimônio histórico, refletido na metodologia empregada em projetos de intervenções em áreas e edifícios de valor patrimonial. Diante do reduzido número da amostra, a pesquisa, obviamente, não tem a pretensão de avaliar o ensino da preservação patrimonial nos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, mas sim levantar questões que merecem reflexão para o aprimoramento deste.

A motivação para a realização desta pesquisa é resultado da experiência de uma das autoras na reflexão acerca da prática intervencionista em diversos sítios históricos brasileiros e da constatação, em exemplos práticos, da falta de rigor metodológico observada em projetos arquitetônicos de restauração que desconsideram todo o arcabouço teórico disponível para o embasamento destes. O empirismo das intervenções realizadas em edifícios antigos tem demonstrado, em sua grande maioria, a falta de conhecimento da história da arquitetura, técnicas, materiais, natureza do espaço, da tectônica estrutural e a ausência de conhecimentos básicos da teoria da restauração, o que impede a formulação de posturas e abordagens projetuais legíveis e

respeitosas ao pré-existente (BRENDELE e VIEIRA, 2009). Surge então a pergunta: em nossos trabalhos acadêmicos, no ensino do projeto de arquitetura em áreas de valor patrimonial, estamos dando atenção a este rigor metodológico ao formar profissionais de Arquitetura e Urbanismo que demonstram interesse em atuar na área da conservação?

1. TEORIA DA RESTAURAÇÃO E PRÁTICA PROJETUAL

A restauração enquanto disciplina possui uma história rica e cheia de contribuições fundamentais. Aprendemos desde Viollet le Duc que a destinação, o uso do monumento é central para a sua preservação. Tendo claro, entretanto, que este é um aspecto secundário ao valor artístico que diferencia uma obra de arte de outra qualquer, como nos ensina Cesare Brandi. O valor histórico, documental e a autenticidade do patrimônio são aspectos centrais à preservação, como pioneiramente alerta John Ruskin, e reforçam Camillo Boito, Alöis Riegl e Cesare Brandi. A “unidade estilística” de Viollet le Duc que se preocupa com a leitura artística do conjunto se moderniza no conceito da “unidade potencial” de Brandi que permanece ressaltando a prioridade ao valor artístico, porém, sem atentar contra a autenticidade (LE DUC, 2000; BOITO, 2002; BRANDI, 2002; RUSKIN, 1996; RIEGL, 1987).

Percebemos, então, que esta construção teórica continuada possui um encadeamento claro e que não deve ser observada a partir de frases soltas ou princípios absolutos. O que nos interessa é a essência de cada contribuição e a possibilidade de continuar este caminho de refinamento teórico no sentido de nos dar maiores condições de enfrentar, com tranquilidade e atitudes conscientes, a prática preservacionista na atualidade.

Nos anos 60 do século passado, Cesare Brandi desenvolve a sua Teoria da Restauração onde ressalta que a restauração de uma obra de arte vai muito além do restabelecimento da função, pois este não é o aspecto central para uma obra de arte, na verdade deveríamos buscar o restabelecimento da “**unidade potencial**”. Brandi desenvolve a idéia de que esta unidade não quer dizer a soma de várias partes e sim a fruição estética de um todo. Percebe-se a centralidade do valor artístico para Brandi, porém, respeitando sempre a condição histórica. O autor demonstra como lidar com a “**dupla polaridade estética e histórica**”, já que em certos casos teremos que priorizar um ou outro desses valores, ou seja, é preciso construir um “juízo de valor”. A contribuição “brandiana” é de uma importância atualíssima, porém, ainda permanece incompreendida e desconhecida por muitos (BRANDI, 2002).

Defende-se aqui que o ensino do projeto arquitetônico e urbanístico em áreas e edifícios de valor patrimonial deve estar indissociavelmente ligado à reflexão sobre as contribuições da teoria da restauração para que possamos alcançar uma prática de efetiva valorização da autenticidade e integridade de nosso patrimônio edificado. Kühl (2007, p.23) alerta para este aspecto:

Existe um vasto instrumental teórico que pode fundamentar uma preservação social e culturalmente responsável, baseado em pelo menos dois séculos (...) de formulações teóricas e experiências sistemáticas na prática que conduziram às atuais vertentes sobre a preservação de bens culturais, e que consolidaram a restauração como campo disciplinar autônomo há um século (...).

A autora ressalta ainda o importante papel exercido pela criatividade em projetos arquitetônicos de restauro e denuncia a falta de preparo e de tradição em crítica e teoria por parte de muitos arquitetos que as consideraram “obscenidades sem sentido e utilidade.”

Restaurar não é voltar ao estado original, nem a um estágio anterior qualquer da história do monumento, nem refazer imitando estilos do passado...que infelizmente ainda marca a postura de muitos arquitetos sobre o assunto; o restauro não é mera operação técnica sobre a obra – deve ser necessariamente um ato crítico antes de se tornar operacional; projeto e criatividade fazem parte do restauro (KÜHL, 2009, p. 27).

Para compreensão das possibilidades intervencionistas que se colocam e sua relação com princípios estabelecidos pela teoria do restauro, utilizaremos os conceitos estabelecidos por Tiesdell, Oc, Heath (1996, p. 166-207). De forma concisa, os autores propõem categorias de intervenção que identificam o caráter arquitetural das intervenções em áreas históricas a partir dos conceitos de "*uniformidade contextual*", "*continuidade contextual*" e "*justaposição contextual*".

Os autores iniciam suas considerações sobre as intervenções físicas ressaltando que o atributo estético mais importante de uma área histórica corresponde ao seu "*espírito de lugar*" e que este deve ser mantido. Por sua vez, a manutenção da identidade visual e da continuidade do caráter físico das áreas históricas possui uma dependência crítica das práticas intervencionistas adotadas. Estas, entretanto, são alvo de discussões acadêmicas acirradas nas quais se podem identificar três posicionamentos-chave.

Por "*uniformidade contextual*" os autores entendem a cópia ou imitação dos estilos da vizinhança. Esta opção encontra críticas, como a de levar ao enfraquecimento da própria qualidade do lugar que se procurava manter através da diluição entre originais e cópias. Além disso, os autores alertam que "*a noção de uniformidade contextual pode converter-se num superficial e pouco desafiador pastiche*" (TIESDELL, OC, HEATH, 1996, p. 188).

Este tipo de prática intervencionista encontra adeptos entre os defensores das reconstituições que buscam seguir os princípios de Viollet le Duc. Chamamos atenção para o fato de estarmos falando do aspecto da teoria le Duc que mais se difundiu, ou seja, a **unidade estilística**, que se constitui, na verdade, em uma simplificação mutiladora da teoria deste autor (VIOUET LE DUC, 2000).

Se buscarmos a relação entre este tipo de intervenção e o conceito de autenticidade, concluímos que os conceitos caminham em direções opostas. Podemos considerar que a utilização deste tipo

de intervenção está preocupada com a manutenção da integridade do local que diz respeito à sensação de completude de determinado conjunto. Entretanto, neste caso, a integridade é buscada às custas do comprometimento da autenticidade (VIEIRA, 2007)ⁱⁱ.

A "*justaposição contextual*" é a posição intervencionista herdeira das idéias do Modernismo que busca o espírito do nosso tempo (*zeitgeist*). Os defensores desta opção acreditam que a ordem harmônica pode ser alcançada através da justaposição de edificações de diferentes épocas, cada uma representando a expressão do seu próprio tempo. Este tipo de prática intervencionista destaca a *marca do tempo* (ou será do arquiteto?), ou seja, o valor documental em detrimento do valor artístico. Aqui poderíamos perceber uma relação com os princípios de Boito, onde o valor histórico está no cerne da questão. Ao destacar, porém, este valor documental, em muitos casos perdemos a leitura do conjunto ou, ainda, a nova construção passa a chamar mais atenção do que o conjunto estabelecido. Isto não seria problema se não estivéssemos falando de áreas patrimoniais que pretendemos preservar para as gerações futuras (BOITO, 2002).

Se relacionarmos este tipo de intervenção com os conceitos de autenticidade e integridade, percebemos que, apesar de não comprometer a autenticidade do conjunto por deixar clara a passagem do tempo, a integridade da área vê-se afetada ao interferir na leitura e noção de completude do conjunto (VIEIRA, 2007).

Por fim, a "*continuidade contextual*" pode ser caracterizada como uma posição intermediária entre os dois extremos explicitados acima. Esta vertente está ligada às novas concepções arquitetônicas surgidas após o período modernista. Na contemporaneidade, a preocupação com a continuidade histórica das cidades e dos lugares tem levado, em termos arquitetônicos, à legitimação de abordagens de *design* que se referem à arquitetura precedente e à tradição. Este envolvimento com a tradição arquitetônica do contexto procura ser, aqui, não uma cópia ou imitação mas, uma interpretação (TIESDELL, OC, HEATH, 1996, p. 194-195).

Exemplos de "*continuidade contextual*" podem ser classificados como intervenções que respeitam a condição de obra de arte e trabalham a dupla polaridade histórica e estética defendida por Brandi. Aqui não se cria uma falsificação histórica, porém, também não se agride a leitura estética de áreas que são consideradas patrimoniais exatamente porque possuem características particulares que não podem ser encontradas em outros lugares e que devem ser respeitadas. Assim, esta categoria de intervenção procura levar em conta tanto o conceito de autenticidade quanto o de integridade que é exatamente a proposta para a determinação do patrimônio mundial (VIEIRA, 2007). Ao longo deste trabalho, no que diz respeito ao **caráter arquitetural das intervenções**, vamos restringir-nos à utilização das três posturas básicas, conforme apresentadas a partir de Tiesdell, Oc, Heath (1996, p. 166-207), e à sua relação com os conceitos de autenticidade e integridade.

2. O UNIVERSO DA PESQUISA

Ao selecionar a amostra dos 17 (dezesete) TFGs a serem analisados, percebemos que os produtos disponíveis acerca destes trabalhos divergiam a depender da instituição onde haviam sido elaborados. Diante dessa constatação, procurou-se ler os Regimentos dos Trabalhos Finais de Graduação das Escolas de Arquitetura que estavam envolvidas, com o intento de identificar o que de fato consideravam como produto final do TFG. Verificou-se que em todas as faculdades o regimento prevê a elaboração do TFG em dois semestres, no entanto, os produtos finais diferem entre si. Para alguns a avaliação é feita em cada um dos dois momentos, com o referencial teórico entregue e avaliado no 9º período e o 10º período e exclusivamente para o desenvolvimento projetual, enquanto em outros a reunião dessas duas partes é entregue em um único momento. Assim, temos tipos diferentes de produtos para serem analisados, que vão desde uma única prancha resumo, passando por painéis, pequenos dossiês, até a monografia completa. Em alguns casos, essa variação deu-se, ainda, conseqüência da dificuldade de acesso aos demais arquivos complementares por ocasião da composição do Banco de Dados. Apesar da variedade de produtos apresentados consideramos como pertinente a análise levada a cabo, na medida em que acreditamos que, por mais sucinta que seja a apresentação, ela deve deixar claro os princípios projetuais adotados e a fundamentação utilizada para a eleição de tais princípios.

3. O LUGAR DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

A primeira fase da pesquisa concentrou-se na análise dos componentes teóricos registrados durante o desenvolvimento dos TFGs. Aqui procurávamos identificar o nível de amadurecimento teórico-crítico dos trabalhos para a realização de uma concepção projetual consistente e fundamentada.

Para esta análise foi preenchido um roteiro analítico que continha os seguintes itens:

- 1- Cabeçalho de identificação do trabalho (Universidade, título, autor, orientador, semestre de defesa e forma de apresentação do produto);
- 2- Quantitativo dos estudos de referências realizados: identificando quais eram estudos diretos e quais eram indiretos, bem como, se estes eram nacionais e/ou internacionais;
- 3- Análise dos estudos de referência utilizados verificando se estes tratavam da questão da intervenção em área ou edificação de valor patrimonial ou apenas da questão funcional/programática;
- 4- Identificação das leituras teóricas que tratam especificamente da questão patrimonial observadas ao longo do trabalho, identificando se estas se encontravam entre as citadas no texto, as constantes na bibliografia e as utilizadas nas análises dos estudos de referência;

5- Identificação da presença de análise da legislação, tanto referente à preservação quanto das legislações aplicadas ao local de intervenção (município);

6- Identificação da conceituação do projeto proposto por meio de citações diretas dos autores dos trabalhos e, finalmente,

7- Comentário analítico acerca do trabalho a partir dos dados levantados e sistematizados nos itens acima.

Ao analisar o conjunto de roteiros analíticos preenchido chegamos aos seguintes resultados: Dentre os 17 (dezesete) trabalhos examinados, um universo de 35,3%, pouco mais de um terço do total, possui tanto referencial teórico quanto estudos de referências, o que em números absolutos correspondem a 6 (seis) trabalhos. Esses podem, assim, ser considerados os trabalhos mais completos em relação à fundamentação teórica e empírica, representada pelo referencial composto por leituras de autores que tratam da questão patrimonial, assim como da presença de estudos de referência de projetos para auxílio direto na proposta de intervenção, ou seja, que vão além da questão funcional/programática. No entanto, é importante destacar que dentre esses, apenas 4 (quatro) trazem o auxílio de leituras de fonte primária dos teóricos da restauração para análise dos projetos utilizados como estudos de referências.

Os que apresentam apenas o referencial teórico constituem 17,65% do total, somando 3 (três) trabalhos. Vale salientar que o referencial teórico aqui é considerado como aquele que apresenta leitura de autores que abordam questões que envolvem o Patrimônio, seja na sua conservação, ou intervenção propositiva. Observou-se que em 07 trabalhos (50%) os volumes teóricos se restringem ao histórico e análise do local da intervenção e/ou contextualização da proposta de uso, o que por sua vez não se faz dispensável, mas nesses casos, uma reflexão sobre a questão patrimonial não esteve presente, mesmo em se tratando de um tema que o envolvesse.

Dos que trazem apenas os estudos de referência, somam-se 4 (quatro), o que significa uma parcela de 23,53% dos trabalhos. Por sua vez, reagrupando os que contam de estudos de referência, independentemente da existência ou não do referencial teórico, temos agora 10 (dez) trabalhos, 71,43 % do total. Percebe-se, aqui, pelo alto percentual de trabalhos que contemplam os estudos de referência, a relevância que tem sido dada a este instrumental na elaboração dos TFGs. Como os TFGs analisados tratam de proposições de projeto de arquitetura, é indiscutível a pertinência da fundamentação a partir de estudos de referência. Entretanto, em se tratando de intervenções em áreas e edificações patrimoniais, nos questionamos sobre a possibilidade que o aluno tem de analisar um estudo de referência desta natureza sem que haja uma maior reflexão teórica do assunto.

Considerando-se dessa vez a totalidade dos que expõem leituras teóricas sobre patrimônio citadas no texto, tanto exclusivamente quanto acompanhadas de estudos de referências, apenas 4 (quatro) em meio a um total de 9 (nove) apresentam considerações sobre os teóricos da Restauração. Assim, também podemos observar um percentual considerável de trabalhos que se preocuparam em realizar alguma reflexão teórica acerca do patrimônio, 64,28 % do total, porém, menos da metade destes se debruçam sobre os teóricos da restauração que podem ser considerados as fontes primárias para a referida discussão.

Verificou-se também que alguns autores se detiveram a explicar o surgimento das discussões sobre a preservação do patrimônio histórico, no Brasil e no mundo, deixando de lado leituras que viessem basear e justificar sua proposta de intervenção, resultando em trabalhos com uma parte textual longa, porém sem reflexão acerca das intervenções em edificações de interesse patrimonial.

Quanto à legislação, essa está presente em 12 (doze) TFGs, ou seja, 70.58% do total, sendo subdividido entre a utilização exclusiva da legislação local, como Planos Diretores e Códigos de Obras dos Municípios onde se inserem, constando em 4 (quatro) trabalhos, os que consideram apenas a legislação que trata do patrimônio, representam 5 (cinco) deles, e os que fazem o uso dos dois tipos somam 3 (três) trabalhos. Em um dos casos analisados, a legislação consta na bibliografia do trabalho, mas durante o seu desenvolvimento não é feito nenhum comentário. Um outro trabalho afirma usar a legislação vigente, mas não especifica qual seria. Essas ocorrências não foram contabilizadas no quantitativo acima. Foi possível observar que os que apresentam estudo sobre a legislação que trata de patrimônio não necessariamente correspondem aos que contam com referencial teórico sobre o tema, o que pode ser interpretado como sendo a consideração da legislação por parte dos autores dos trabalhos como “referencial teórico” suficiente ao que se propunham. Diante do exposto, podemos ver com clareza que há uma preocupação consolidada em considerar a legislação pertinente para a elaboração do projeto. Resultado que já esperávamos visto que este é um item básico, amplamente discutido e considerado durante todas as disciplinas de projeto de arquitetura ao longo dos cinco anos de curso.

4. PRINCÍPIOS PROJETUAIS: ACASO OU RIGOR METODOLÓGICO?

Após a análise da fundamentação teórica e empírica dos TFGs objetos do estudo, na segunda fase da pesquisa, passou-se à análise dos mesmos trabalhos, agora sob a ótica do projeto de intervenção em si. O objetivo agora se concentrava na verificação do rebatimento do conteúdo estudado pelos autores na idealização do projeto. Para tal análise um segundo roteiro analítico, centrado na avaliação da proposta projetual, foi preenchido. O referido roteiro compõe-se por:

- 1- Cabeçalho de identificação do trabalho (Universidade, título, autor, orientador, semestre de defesa e forma de apresentação do produto), semelhante à ficha de levantamento anterior;
- 2- Identificação da situação anterior ao projeto proposto (planta de reforma, mapa de danos, descrição textual da situação anterior, e/ou fotos da situação anterior);
- 3- Análise da proposta projetual em si, refletindo sobre o tipo de relação da proposta com o conjunto arquitetônico existente, o programa estabelecido e a funcionalidade da resolução, o atendimento as exigências de acessibilidade e a aspectos de conforto ambiental e, por fim, uma leitura sobre o enfrentamento do desafio de preservar uma edificação/área sem deixar de atender de forma satisfatória às novas necessidades funcionais e de conforto;
- 4- Análise sobre a relação entre a proposta projetual apresentada e o embasamento teórico e empírico desenvolvido anteriormente (leituras teóricas e os estudos de referências realizados);
- 5- Considerações finais, onde procuramos refletir se o fato de existir considerações teóricas e estudos de referência influenciou na qualidade arquitetônica do resultado apresentado.

A realização da segunda fase da pesquisa apresentou uma série de obstáculos que não nos permitiu a análise de todos os pontos colocados no segundo roteiro analítico acima apresentado. Primeiramente, ao preencher o segundo item do roteiro, identificamos que nem todos os trabalhos analisados na primeira fase da pesquisa poderiam ser objeto de análise nesta segunda fase. Para nossa decepção, tivemos que reduzir a amostra de análise para 14 (catorze) trabalhos (6,69% do total do banco de dados), 03 (três) TFGs tiveram que ser desconsiderados, pois o material disponível no banco de dados não permitia a identificação da situação anterior ao projeto proposto (plantas de reforma e/ou mapa de danos inexistentes ou ilegíveis), inviabilizando, assim, a análise da proposta de intervenção em si. Como esta fase da pesquisa concentrou-se na análise projetual e nas decisões acerca do tipo de intervenção proposta, não era possível realizar este tipo de reflexão sem a identificação da situação anterior à intervenção.

Na análise do projeto, item 3 do roteiro analítico, também encontramos dificuldades para a análise de alguns aspectos. A forma com que os TFGs foram apresentados muitas vezes dificultou a leitura dos desenhos técnicos da proposta, impossibilitando análises mais detidas em aspectos como acessibilidade e medidas arquitetônicas para o conforto ambiental da edificação.

A partir da análise do conjunto dos roteiros analíticos preenchidos para os 14 (catorze) trabalhos observados nesta segunda fase da pesquisa podemos fazer algumas considerações.

Como dito anteriormente, o primeiro passo desta segunda fase constituiu-se na identificação da forma de apresentação do estado anterior da edificação objeto de intervenção (descrição, fotografias, mapa de danos, planta de reforma, etc...). Verificou-se que no material disponível para

análise, dos 14 (catorze) TFGs analisados (100%), 10 (71,43%) apresentavam tanto planta de reforma como descrição textual da situação anterior; 03 (21,43%) possuíam mapa de danos e 13 (92,85%) continham fotos mostrando a situação anterior da edificação. Sendo assim, observa-se a preocupação geral em deixar claro qual o nível da intervenção realizada, destacando as modificações/proposições realizadas. Destacamos, entretanto, como a utilização do mapa de danos como instrumento de análise ainda é pouco explorada, sendo observado num universo bastante pequeno de trabalhos (menos de 1/4 dos trabalhos analisados).

No que diz respeito à relação entre referencial teórico com a proposta de projeto, se relacionarmos os resultados projetuais com as categorias de intervenção apresentadas no item 1 deste artigo, observamos dois resultados distintos que decorrem da reflexão realizada (ou não) antes da fase projetual.

Um primeiro conjunto de trabalhos analisados contempla casos onde a reflexão teórica e empírica é inexistente ou sem profundidade. Três TFGs (21,43%) não mostram, a partir do material disponível para análise, nem embasamento teórico nem empírico; outros 02 (14,28%) deixaram de apresentar apenas estudos de referência e em 03 (três) deles (21,43%), não consta referencial teórico. Em todo este conjunto de trabalhos (57,14% do total analisado nesta fase) não há maiores reflexões sobre o tema da intervenção patrimonial. Nestes trabalhos, onde o referencial teórico e empírico é inexistente ou superficial, percebeu-se que a prática de projeção não segue uma linha clara de intervenção, variando entre as três categorias apresentadas no início deste trabalho (desde a *uniformidade contextual* até a *justaposição contextual*), de forma aleatória. Não há como identificar a justificativa para a escolha desta ou daquela categoria de intervenção.

Um segundo conjunto de trabalhos analisados contempla casos onde existe uma reflexão teórica mais consistente, através da utilização das cartas patrimoniais, dos teóricos da restauração e de legislações patrimoniais. Verificou-se que 06 (seis) trabalhos (42,85%) citam ao longo do texto trechos das cartas patrimoniaisⁱⁱⁱ, porém, apenas 03 (três) desses (21,43%) fizeram uso das mesmas na apresentação de suas posturas de intervenção (Carta de Veneza, Carta do Restauro e Declaração de Amsterdã).

Identificou-se 04 (quatro) trabalhos (28,57%) que citam teóricos do restauro (Camillo Boito, Cesare Brandi, Viollet Le Duc, John Ruskin, Alois Riegl), desses, apenas 02 (dois) embasam o projeto a partir desses teóricos, mais especificamente da Teoria do Restauro de Brandi e princípios de Boito; e 01 (um) trabalho (7,14%) se orientada por premissas do Programa Monumental^{iv}, não contando com revisão de teóricos acerca da problemática do patrimônio ou especificamente sobre a restauração. Percebe-se, todavia, que tais premissas adotam posturas semelhantes às descritas pela teoria do restauro, como a que diz respeito à importância da documentação e a preocupação com a autenticidade da matéria, resultando em uma preocupação em se compatibilizar o programa funcional e a preservação da edificação de interesse histórico.

Verificou-se também que 05 (cinco) desses trabalhos (35,71%) parecem ter considerado a legislação patrimonial como embasamento teórico. Nesses casos, onde a legislação patrimonial assume o papel também de referencial teórico específico, as intervenções restringem-se a obedecer à legislação, carecendo de uma reflexão crítica maior sobre a justificativa para as decisões projetuais e ações propostas.

Quando analisadas as propostas de intervenção desse segundo conjunto de trabalhos, que consideram as cartas patrimoniais e/ou os teóricos do restauro e/ou a legislação patrimonial, identificamos a utilização de duas categorias de intervenção: ora a *justaposição contextual*, ora a *continuidade contextual*. Nesses trabalhos há uma maior clareza sobre a justificativa para a escolha desta ou daquela categoria de intervenção. Ressaltando ainda que todos os quatro trabalhos que refletem sobre a contribuição dos teóricos da restauração optaram por uma relação com o antigo de preservação/manutenção e/ou *continuidade contextual*, a qual procura trabalhar tanto a autenticidade quanto a integridade de forma harmônica e criativa.

Com relação ao embasamento empírico (estudos de referência) e o rebatimento desses no projeto arquitetônico, verificou-se que 05 (quatro) TFGs (35,71%) apresentavam estudos de referência que não se tratavam de re-uso em edificações de valor patrimonial; 01 (7,14%) tratavam de re-uso, mas não em edificações históricas; e 06 (42,85%) eram de re-uso em edificações e/ou áreas patrimoniais. De um modo geral, percebeu-se que os estudos serviram de influência principalmente na decisão do partido arquitetônico, estabelecimento do programa de necessidades, pré-dimensionamento e dinâmica de fluxos. Dos 14 (catorze) TFGs analisados, apenas 02 (14,28%) refletiram acerca do aspecto da intervenção no que diz respeito ao tratamento das edificações de interesse histórico, da readequação do antigo para um novo uso.

Assim, de uma maneira geral, a partir das análises realizadas, verificou-se que apenas a metade dos estudos de referência tratam de intervenções no patrimônio edificado, e mesmo estes não realizam reflexões a serem consideradas na proposta projetual a ser desenvolvida no TFG. Ou seja, não se percebe, na maioria, uma relação entre os estudos de referências apresentados e a proposta de projeto arquitetônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lidar com o patrimônio histórico e artístico edificado não podemos ignorar toda uma refinada teoria já desenvolvida no que diz respeito à restauração. Valores históricos e artísticos devem ser contemplados, lembrando que em uma obra de arte os valores artísticos devem ter prioridade. KÜHL (2009, p. 27) alerta, quando refere-se:

(...) a uma atitude, que tem sido comum por parte de alguns profissionais da arquitetura (e também de outras áreas) de desconsiderar os referenciais da restauração: uns porque simplesmente desconhecem a existência de uma reflexão sobre o tema, outros por depreciar formulações teóricas existentes através de pseudo-interpretações, apressadas de todo infundadas e equivocadas, se analisadas à luz de uma acurada crítica epistemológica.

Na análise de exemplos práticos de intervenções no patrimônio edificado, o que se observa é que, muitas vezes, age-se de forma invasiva sobre o patrimônio que se procura preservar. Assim, percebemos que ainda há muito que discutir no que se refere ao tratamento da autenticidade e integridade do patrimônio edificado, demonstrando a necessidade urgente de reflexão sobre o ensino de projeto inserido em contextos de valor patrimonial.

Os Trabalhos Finais de Graduação analisados nesta amostra, que apesar de pequena adquire uma significação importante por contar com produções de 06 diferentes instituições de ensino brasileiras reconhecidas por sua qualidade entre as escolas de Arquitetura e Urbanismo, demonstram, em muitos dos casos, uma fragilidade no embasamento teórico e empírico dos projetos de intervenções apresentados. Muitas vezes, a simples aplicação da legislação foi a grande definidora de princípios projetuais adotados, deixando a lacuna de uma reflexão projetual mais consistente. A teoria da restauração é explorada por poucos e, ainda assim, de forma superficial. Em alguns casos, a teoria do restauro é citada, mas não são explícitos os critérios de intervenção adotados, demonstrando um descolamento entre o referencial e a prática projetual. Assim, a partir das análises realizadas identificou-se que a relação entre os referenciais teórico/empírico e os projetos de intervenções propostos é, em muitos casos, superficial e limitada, o que revela uma postura crítica bastante superficial e aquém do que se espera de um profissional que vai atuar nesta área. É importante ressaltar também que a pesquisa identificou um diferencial no resultado projetual dos trabalhos que apresentam uma reflexão teórica e empírica mais consistente, sendo estes mais comprometidos com a conservação tanto da autenticidade quanto da integridade das edificações objeto de intervenção.

A pesquisa demonstra a necessidade de se investir no ensino da teoria do restauro e na exploração de estudos de referência de diferentes posturas intervencionistas na graduação em Arquitetura e Urbanismo de forma mais contundente. Acreditando ainda que, mesmo dentro deste contexto, não há dúvida que o profissional mais indicado para a coordenação de projetos em áreas e edificações patrimoniais é o arquiteto e urbanista, precisamos atentar para os resultados da pesquisa aqui apresentada. É preciso considerar como daremos conta deste grande desafio que é formar os profissionais que serão os grandes responsáveis pela gestão, coordenação e execução de projetos de restauro, dentro deste contexto de um curso generalista com atribuições tão amplas. Será possível? Acreditamos que sim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Apresentação por Beatriz Mugayar Kühl e tradução por Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, n. 3. 63p.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, n. 5. 261p.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti e VIEIRA, Natália Miranda. *Nova arquitetura e preexistências: A contribuição contemporânea ao patrimônio da cidade*. In: Anais do XIII Congresso ABRACOR. Porto Alegre, 2009.

JOKILEHTO, Jukka. *Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context*. In: City & Time 2 (1): 1. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>, 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro*. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. v. 1. 328 p.

_____ *Restauração hoje: método, projeto e criatividade*. Desígnio (São Paulo), v. 6, p. 19-34, 2007.

RIEGL, Aloïs (1903). *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. 49p. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 2).

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press, 1996.

VELOSO, Maísa et all. *RELATÓRIO TÉCNICO FINAL DE PESQUISA: Arquitetura, Projeto e Produção de Conhecimentos no Brasil*. Natal, 01 de outubro de 2008.

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: valor cultural e valor econômico em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora da UFPE, 2007.

VIEIRA, Natália Miranda. *A discipline in the making: classic texts on restoration revisited*. City & Time 1. (1): 5, 2004. Disponível em URL: <http://www.ct.ceci-br.org>

VIEIRA, Natália Miranda. *INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas*. In: Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador: 2008.

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Apresentação e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. Coleção Artes & Ofícios, n. 1. 70p.

ⁱ Disponível em <http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/handle/123456789/103>

ⁱⁱ O conceito de integridade está relacionado à conservação e a condição de inteireza de determinado bem, enquanto que a autenticidade está indissociavelmente ligada às noções de mudança e verdade. Estes conceitos são fundamentais para qualquer edificação patrimonial, haja vista o fato de que a qualificação de um sítio para vir a fazer parte da Lista de Patrimônio Mundial requer, fundamentalmente, a condição de satisfazer as noções de autenticidade e integridade. Para uma maior reflexão sobre estes consultar Jokilehto, 2006; Vieira, 2007; Vieira, 2008.

ⁱⁱⁱ As cartas patrimoniais referenciadas nestes trabalhos foram: Carta de Atenas-1931, Carta de Veneza-1964, Normas de Quito-1967, Compromisso de Brasília-1970, Compromisso de Salvador-1971, Recomendações de Paris-1972, Carta do Restauro-1972, Declaração de Amsterdã-1975, Recomendações de Nairobi-1976, Carta de Burra-1980, Declaração do México-1982, Carta de Washington-1986, Carta de Cracóvia-2000.

^{iv} O Monumenta é um programa do Ministério da Cultura em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), lançado em 1999, em parceria com a UNESCO e o IPHAN, que visa aliar a recuperação e preservação de conjuntos urbanos das cidades históricas brasileiras sob proteção federal com a idéia de desenvolvimento econômico e social local, através de ações conjuntas entre setores públicos e privados.